

Ano XX nº 5962 – 27 de dezembro de 2018

Um ano após reforma, recuperação do mercado de trabalho ficou na promessa

Em novembro do ano passado, o então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, declarou esperar a criação de 2 milhões de empregos em 2018 e 2019 com a aprovação da "reforma" trabalhista. Passado um ano, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na quinta-feira (20/12), mostram que essa previsão ficou distante da realidade. Em 12 meses, até novembro, o saldo - diferença entre contratações e demissões formais é de 517.733, crescimento de 1,36% no estoque. As vagas concentram-se no setor de serviços: 400.189, 77% do total.



De janeiro a novembro, foram criadas 858.415 vagas com carteira (2,27%). Mas o número final de 2018 será bem menor, porque historicamente dezembro é o mês com maior redução de postos de trabalho.

Como ocorre todos os meses, o salário de quem é contratado ficou abaixo do que ganhavam os demitidos. O rendimento médio de quem saiu, segundo o Caged, era de R\$ 1.688,71, enquanto quem entrou no mercado passou a ganhar R\$ 1.527,41.

O estoque atual é de 38.726.746, equivalente ao de novembro de 2016. Em igual período de 2014, era de 41,3 milhões.

Desigualdade de gênero ainda é um problema nos bancos



A desigualdade de gênero na remuneração do setor financeiro só aumenta. Entre janeiro e novembro, as mulheres admitidas no setor recebiam, em média, R\$ 3.684,00, valor que corresponde a 74,9% da remuneração média dos homens contratados no mesmo período (R\$ 4.918,00).

Até mesmo quando é analisada a remuneração dos desligados, a desigualdade entre homens e mulheres é evidente. As bancárias demitidas ganhavam, em média, R\$ 5.640,00, 76% da remuneração média dos homens desligados entre janeiro e novembro, que era R\$ 7.457,00.

Os dados do Caged ainda apontaram que quando as mulheres entram no setor ganham menos do que os homens. Ainda tem mais. Os obstáculos são maiores para elas subirem na carreira. Por isto, é antiga a luta do movimento sindical pela igualdade de oportunidades no setor.

É alto o número de cidadãos que não contribuem com a Previdência Social nem poupam dinheiro para a aposentadoria

A Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) divulgou estudo sobre o comportamento dos brasileiros em relação à aposentadoria, mostrando um quadro preocupante: apenas 13% da população afirmaram poupar dinheiro. Somam-se a isso as incertezas sobre a previdência pública, além das fragilidades do trabalho (impostas, especialmente, com a reforma trabalhista).

A grande razão está na baixa renda dos brasileiros. Dos 150 milhões de pessoas com mais de 16 anos, 112 milhões declaram ter dívidas. Mais de 94 milhões afirmam que suas rendas não são suficientes para viverem de forma adequada. De acordo com a Anapar, o quadro é de "desalento previdenciário". Entre os endividados, 61% nem sequer contribuem para a Previdência Social, e não podem contar com benefícios do INSS como auxílio doença ou aposentadoria por invalidez.

A informalidade é um dos grandes problemas. De acordo com a pesquisa, 97,5 milhões de pessoas realizam atividade remunerada, entretanto, 52% destes, são trabalhadores informais, fazem bico ou são os chamados "freelancers". Este panorama tende a ser intensificado com os efeitos da reforma trabalhista e o aprofundamento de políticas que fragilizam as relações de trabalho, como a proposta do presidente eleito de aplicar uma "nova carteira de trabalho verde e amarela", aonde o trabalhador terá menos direitos.